

TERÇA -FEIRA - 05 DE OUTUBRO DE 2021 - ANO V - EDIÇÃO N° 177

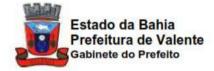
Edição eletrônica disponível no site www.pmvalente.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENTE PUBLICA:

LEI COMPLEMENTAR Nº 053/2021

IMPRENSA OFICIAL UMA GESTÃO LEGAL E TRANSPARENTE

- Gestor(a): Ubaldino Amaral de Oliveira
- Praça Getúlio Vargas, 01 Valente Ba
- Tel: (75) 3263-2222

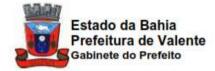


LEI COMPLEMENTAR N.º 053, DE 04 DE OUTUBRO DE 2021

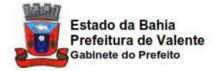
Institui Programa e Recuperação Fiscal do Município de Valente e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALENTE, Estado da Bahia, faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Valente, Estado da Bahia, denominado REFIS VALENTE 2021, destinado a oferecer ao sujeito passivo a oportunidade de extinguir suas dívidas tributárias e não tributárias, inscritas ou não em Dívida Ativa, nas seguintes situações:
 - I denunciado espontaneamente pelo sujeito passivo ou já constituído;
- II inscrito ou não em Dívida Ativa, ainda que ajuizada a sua cobrança, com ou sem trânsito em julgado, inclusive os créditos com exigibilidade suspensa;
 - III tenha sido objeto de notificação ou autuação;
- IV saldo resultante de acordo de parcelamento anterior, em qualquer fase de cobrança, seja administrativo ou judicial;
- § 1º. Para efeito desta lei, compreende-se crédito fiscal, o valor principal da obrigação tributária ou não tributária, atualizada e consolidada no ato da adesão ao programa, sem prejuízo dos demais acréscimos legais previstos na legislação municipal vigente.
- § 2º. Compreende-se saldo de acordo de parcelamento, o valor de acordo não cumprido, reincorporados eventuais descontos concedidos à época por outros programas, bem como os demais acréscimos legais, previstos na legislação especifica do respectivo crédito.
- Art. 2º. O REFIS VALENTE 2021 será administrado pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, com competência para implementar os procedimentos necessários à execução do Programa, observado o disposto nesta lei, especialmente:
 - I Expedir instruções normativas à execução do Programa:



- II Promover a rotina e os procedimentos necessários à execução do programa, em especial no que tange as adequações pertinentes necessárias ao bom desenvolvimento do sistema de informação municipal;
 - III Recepcionar as opções pelo REFIS VALENTE 2021;
- IV Providenciar a exclusão do Programa os optantes que descumprirem suas condições, adotando as medidas cabíveis.
- Art. 3º. Poderão aderir ao programa, contribuintes, pessoa física ou jurídica, que possuírem débitos tributários e não-tributários, vencidos até o dia 31 de Dezembro de 2020.
- § 1°. O ingresso no REFIS VALENTE 2021, dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento do(s) débito(s) referido(s) no artigo 7° desta lei.
- § 2º. Não serão parcelados nos moldes desta Lei débitos de quaisquer natureza imputados pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.
- Art. 4º. A adesão ao programa será efetuada a pedido do sujeito passivo, mediante preenchimento de requerimento padrão, elaborado e fornecido pela Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
- § 1º. O prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal ora instituído será de até 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta Lei.
- § 2º. O deferimento do pedido de parcelamento ficará condicionado ao pagamento imediato da primeira parcela.
- Art. 5º. O parcelamento será concedido à vista do "Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento", o qual será elaborado e disponibilizado pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.
- § 1º. Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados pelo sujeito passivo, de forma irretratável e irrevogável, até a data da opção pelo REFIS VALENTE 2021.
 - § 2º. A opção pelo REFIS VALENTE 2021, implica:



I - confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos incluídos no

Programa;

II - pagamento imediato da primeira parcela;

III – suspensão da exigibilidade dos débitos integralmente confessados;

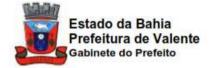
 IV – submissão integral às normas e condições estabelecidas para o Programa;

- Art. 6º. Os débitos da pessoa física ou jurídica optantes do REFIS VALENTE 2021, serão consolidados tomando por base a data de sua formalização.
- § 1º. A consolidação abrangerá os débitos confessados pela pessoa física ou jurídica, na condição de contribuinte ou responsável, inclusive os acréscimos legais, determinados na legislação tributaria Municipal vigente.
- § 2º. Para inclusão no REFIS VALENTE 2021 dos débitos com exigibilidade suspensa por força de liminar em ação judicial, será condicionada ao encerramento do feito por desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial e de qualquer outra, bem como à renuncia do direito, sobre os mesmos débitos, do qual se funda a ação.
- § 3º. Requerida a desistência da ação judicial, com renúncia ao direito sobre que se funda, depósitos judiciais vinculados aos respectivos processos deverão ser levantados e convertidos em renda para amortização, permitida a inclusão no REFIS de eventual saldo devedor.
- Art. 7º. Os créditos tributários e não tributários vencidos e inscritos ou não em Dívida Ativa, poderão ser pagos à vista ou em até 18 (dezoito) parcelas mensais e sucessivas, conforme estabelecido abaixo:
- I Com desconto de 100% (cem por cento) sobre o montante dos Juros e da Multa, para pagamento à vista;
- II Com desconto de 90% (noventa por cento) sobre o montante dos Juros e da Multa, se para pagamento em até 06 (seis) parcelas mensais;
- III Com desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante dos Juros e da Multa, para pagamento em até 18 (dezoito) parcelas mensais.
- Art. 8º. O valor mínimo de cada parcela dos acordos formalizados por esta Lei não poderão ser inferior a:



- I R\$ 60,00 (sessenta reais), para a pessoa física, e;
- II R\$ 120,00 (cento e vinte reais), para pessoa jurídica.
- § 1º. O valor de cada parcela, expresso em moeda corrente, será atualizado monetariamente em 1º de janeiro de cada exercício financeiro, aplicando-se o percentual acumulado do IPCA-E do exercício anterior.
- § 2º. A falta de pagamento de qualquer parcela no vencimento ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no Código Tributário a Lei Complementar nº. 10, de 28 dezembro de 2008.
- Art. 9º. A pessoa física ou jurídica optante pelo REFIS VALENTE 2021, mediante ato da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, será excluída nas seguintes hipóteses:
 - I inobservância de qualquer das exigências estabelecidas no Programa;
- II inadimplemento, por 03 (três) parcelas consecutivas ou 03 (três) parcelas alternadas, o que primeiro ocorrer, dentro do prazo de pagamento optado pelo contribuinte, relativamente a divida abrangida pelo REFIS.
- III decretação de falência, extinção, pela liquidação ou cisão de pessoa jurídica;
- IV concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei 8.397, de 06 de janeiro de 1992;
- V decisão definitiva, na esfera judicial, total ou parcialmente desfavorável ao contribuinte;
- Parágrafo Único. A exclusão da pessoa física ou jurídica do REFIS VALENTE 2021 implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na data da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.
- Art. 10. Constatado o inadimplemento, por 03 (três) parcelas consecutivas ou 03 (três) parcelas alternadas, perderá o contribuinte os benefícios desta lei, sendo procedida, no caso de créditos não inscritos em Dívida Ativa, a inscrição do saldo remanescente para cobrança judicial.
- § 1º. Em se tratando de crédito já inscrito em Dívida Ativa, proceder-se-á imediata cobrança judicial do saldo remanescente.

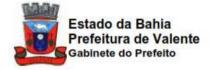




- § 2º. Em se tratando de crédito cuja cobrança esteja ajuizada e suspensa, darse-á prosseguimento imediato à ação de execução fiscal.
- Art. 11. Será fornecida Certidão nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional - CTN, ao contribuinte beneficiado com REFIS VALENTE 2021, desde que esteja em dia com pagamento.
- **Parágrafo Único.** A Certidão Positiva com efeito de Negativa expedida nos termos do *caput* deste artigo terá validade pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e só será emitida após a quitação da primeira parcela.
- Art. 12. Para todos os créditos, nos casos de parcelamentos, fica interrompida a prescrição nos termos do art. 174, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº. 5.172/1966 Código Tributário Nacional.
- Art. 13. A opção pelo Programa aqui instituído implica, ainda, no reconhecimento dos débitos tributários nele incluídos, ficando condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam nos autos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo, além da comprovação de recolhimento de custas e encargos porventura devidos conforme dispuser na legislação vigente.
- Parágrafo Único. Verificada a hipótese de desistência dos embargos à execução fiscal, o devedor concordará com a suspensão do processo de execução, pelo prazo do parcelamento a que se obrigou, obedecendo-se o estabelecido no art. 792 do Código de Processo Civil.

Art. 14. A adesão ao REFIS VALENTE 2021 não acarreta:

- I homologação pela Administração Municipal dos valores declarados pelo sujeito passivo
- II renúncia pela Administração Municipal ao direito de apurar a exatidão dos créditos
- III novação prevista no art. 360, inciso I, da Lei nº. 10.406/2002 Código
 Civil;
- IV dispensa do cumprimento das obrigações acessórias, nem de outras obrigações legais ou contratuais, e;
- V qualquer direito à restituição ou à compensação de importância já pagas ou compensadas.



- Art. 15. As disposições relativas ao Programa de Recuperação Fiscal do Município - REFIS VALENTE 2021, previstas nesta Lei, vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogadas por decreto editado até 30/12/2021, para vigorar pelo prazo de até 180 dias.
- § 1º. Fica expressamente vedada à concessão dos benefícios estabelecidos nesta Lei, fora do prazo previsto no *caput* deste artigo, sob pena de responsabilidade funcional.
- § 2º. Fica expressamente vedado o ingresso, a adesão e/ou participação no Programa de Recuperação de Fiscal do Município REFIS VALENTE 2021, previsto nesta Lei, pessoa física ou jurídica proibidas, por determinação judicial, de contratar com o Poder Público, receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- Art. 16. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento em vigor.
- Art. 17. Fica determinada a criação de programas de divulgação e orientação do REFIS VALENTE 2021, a serem elaborados e divulgados por todas as Secretarias Municipais nas mais variadas formas, em especial em veículos de comunicação.
 - Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 - Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de outubro de 2021.

Ubaldino Amaral de Oliveira Prefeito

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Certifico para os devidos fins, que o presente Decreto foi publicado no mural do átrio da Prefeitura, nesta data.
Valente-Bahia, 04 de outubro de 2021.

Antonio Melquiades de Oliveira Filho Chefe de Gabinete do Prefeito